

Cia. Itaú de Capitalização

CNPJ nº 23.025.711/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) relativos ao período de janeiro a dezembro de 2018, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado Brasileiro

1.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

No período de janeiro a dezembro de 2018, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou redução de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 243,2 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacando-se o crescimento no segmento de seguros.

Em dezembro de 2018, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 995,2 bilhões, apresentando aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Capitalização

No período de janeiro a dezembro de 2018, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 1,4% em relação ao mesmo período de 2017. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 29,4 bilhões, aumento de 0,9% em relação a dezembro de 2017.

2. Desempenho

2.1 Resultados

- O **lucro líquido** alcançou R\$ 295,6 milhões, redução de 22,7% em relação ao mesmo período de 2017, influenciado principalmente por:
 - Menor remuneração com nossos ativos, devido a redução da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI): de 10,07% ao ano (média de 2017), para 6,47% ao ano (média de 2018).
 - Menor Arrecadação (valor efetivamente pago pelo cliente), principalmente em títulos de pagamento mensal.
 - Essas quedas foram parcialmente compensadas pela redução das despesas administrativas.

2.2 Patrimonial

Variações de 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017:

- O total de **ativos** atingiu R\$ 5,4 bilhões, redução de 0,1%.
- O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 1,3 bilhão, redução de 0,3%.
- As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,5 bilhões, acréscimo de 3,6%.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2018, distribuimos o montante de R\$ 47,0 milhões em prêmios. O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representou 11,1% das vendas totais a correntistas de janeiro a dezembro de 2018, aumento de 2,3 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		4.516.802	4.526.040	Circulante		3.752.662	3.755.856
Disponível - Caixa e Bancos	2.5a	18.826	6.287	Contas a Pagar		297.507	420.713
Aplicações	2.5b e 3	4.496.409	4.516.069	Obrigações a Pagar		133.177	199.027
Créditos das Operações de Capitalização		—	1	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		400	416
Títulos e Créditos a Receber		1.511	3.617	Impostos e Contribuições	2.5e	163.930	221.270
Títulos e Créditos a Receber		436	473	Provisões Técnicas - Capitalização	2.5f e 4b	3.455.155	3.335.143
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bl e 7c	1.075	3.144	Provisões para Resgates		3.433.833	3.303.318
Despesas Antecipadas		56	66	Provisões para Sorteios		14.320	20.204
Não Circulante		882.365	879.514	Provisão Administrativa		6.820	11.368
Realizável a Longo Prazo		41.065	37.228	Provisão para Distribuição de Bônus		182	253
Títulos e Créditos a Receber		41.065	37.228	Não Circulante		375.422	374.802
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bl e 7c	13.867	11.781	Exigível a Longo Prazo		375.422	374.802
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	26.614	25.430	Contas a Pagar		333.491	333.142
Outros Créditos Operacionais		584	18	Tributos Diferidos	2.5e e 7bll	333.324	332.868
Investimentos - Imóveis Destinados à Renda	2.5c	26.769	27.754	Outras Contas a Pagar		167	275
Intangível - Ágio na Transfêrencia de Carteira	2.5d	814.531	814.531	Outros Débitos - Provisões Judiciais	5	41.931	41.659
Total do Ativo		5.399.167	5.405.554	Patrimônio Líquido	8	1.271.083	1.274.896
				Capital Social		558.295	558.295
				Reservas de Capital		7.606	7.606
				Reservas de Reavaliação		3.400	3.265
				Reservas de Lucros		701.782	705.730
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.399.167	5.405.554

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	NOTAS	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita Líquida com Títulos de Capitalização		485.723	573.827
Arrecadação com Títulos de Capitalização		2.687.627	2.860.844
Variação da Provisão para Resgate		(2.201.904)	(2.287.017)
Variação das Provisões Técnicas - Resultado com Outras Provisões Técnicas		4.548	4.350
Resultado com Sorteio		(43.284)	(45.643)
Custo de Aquisição		(10.053)	(15.389)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		68.427	69.689
Outras Receitas Operacionais	6a	71.094	70.927
Outras Despesas Operacionais		(2.667)	(1.237)
Despesas Administrativas		(148.793)	(193.878)
Pessoal Próprio		(33)	98
Serviços de Terceiros		(821)	(589)
Localização e Funcionamento		(7.096)	(8.342)
Publicidade e Propaganda		(332)	(231)
Publicações		(88)	(95)
Donativos e Contribuições		(11.292)	(15.909)
Despesas Administrativas Diversas	9	(129.131)	(168.810)
Despesas com Tributos	2.5e e 7all	(29.937)	(33.971)
Resultado Financeiro	6b	121.866	225.072
Receitas Financeiras		298.178	413.954
Despesas Financeiras		(176.312)	(188.882)
Resultado Patrimonial		19.099	19.820
Receitas com Imóveis de Renda		20.084	21.049
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(985)	(1.229)
Resultado Operacional		467.596	603.876
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes		299	21.664
Resultado antes dos Impostos		467.895	625.541
Imposto de Renda	2.5e e 7al	(94.024)	(130.628)
Contribuição Social	2.5e e 7al	(78.210)	(112.556)
Lucro Líquido		295.661	382.357
Quantidade de Ações	8a	670.963	670.963
Lucro Líquido por Ação	2.5h	440,65	569,86

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido Ajustado	296.084	386.468
Lucro Líquido	295.661	382.357
Ajustes para:	423	4.111
Depreciações e Amortizações	985	1.129
Tributos Diferidos	(452)	3.092
Outros	(110)	(110)
Variações nas Contas Patrimoniais	68.003	(346.830)
Ativos Financeiros	19.660	(451.886)
Créditos das operações de capitalização	1	(1)
Despesas Antecipadas	10	(33)
Outros Ativos	(549)	(48)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.185)	(1.199)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(2.271)	11.457
Impostos e Contribuições	(67.946)	(49.415)
Provisões Técnicas - Capitalização	120.012	150.993
Provisões Judiciais	271	(6.698)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	364.087	39.638
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(230)	(289)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	363.857	39.349
Alienação de imobilizado	—	1.041
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	—	1.041
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(351.318)	(49.136)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	(351.318)	(49.136)
Aumento/(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 2.5a)	12.539	(8.746)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	6.287	15.033
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	18.826	6.287

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 8) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Social	Reserva	Capital	Reavaliação	Legal	Estatutária		
SALDOS EM 01/01/2017	494.298	63.997	7.606	3.085	37.948	584.344	—	1.127.281
Capitalização por Reservas	—	63.997	—	—	—	(63.997)	—	—
Realização de Reserva de Reavaliação	—	—	—	180	—	—	(289)	(109)
Dividendos	—	—	—	—	—	(49.136)	—	(49.136)
Lucro Líquido	—	—	—	—	—	—	382.357	382.357
Destinações	—	—	—	—	19.118	177.453	(196.571)	—
Reservas	—	—	—	—	—	—	(77.539)	(77.539)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	(107.958)	(107.958)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—
SALDOS EM 31/12/2017	558.295	63.997	7.606	3.265	57.066	648.664	—	1.274.896
MUTAÇÕES DO PERÍODO	63.997	—	—	180	19.118	64.320	—	147.615
SALDOS EM 01/01/2018	558.295	63.997	7.606	3.265	57.066	648.664	—	1.274.896
Realização de Reserva de Reavaliação	—	—	—	135	—	—	(246)	(111)
Dividendos	—	—	—	—	—	(177.452)	—	(177.452)
Lucro Líquido	—	—	—	—	—	—	295.661	295.661
Destinações	—	—	—	—	14.783	158.721	(173.504)	—
Reservas	—	—	—	—	—	—	(77.500)	(77.500)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	(44.411)	(44.411)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—
SALDOS EM 31/12/2018	558.295	63.997	7.606	3.400	71.849	629.933	—	1.271.083
MUTAÇÕES DO PERÍODO	—	—	—	135	14.783	(18.731)	—	(3.813)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, operando com planos de pagamento único e mensal, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - São Paulo - SP.

Os acionistas da CIACAP são: Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,01% e Itaúseg participações S.A., com participação de 99,99%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de Fevereiro de 2019.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

A CIACAP não apresenta a Demonstração do Resultado Abrangente por não possuir outros resultados abrangentes no período.

2.2. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período findo em 31 de dezembro de 2018

• Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

• Alteração da Estrutura Conceitual: Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

• CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O pronunciamento substitui a CPC 06 (R1) - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, a moeda funcional de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

2.4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela CIA CAP são detalhados abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme explicação na nota 2.5e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização.

b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

c) Passivos Contingentes

A CIA CAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A CIACAP avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados.

Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimado descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos períodos findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da CIACAP, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

2.5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

A CIACAP define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível) e aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A CIACAP classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias:

- I. Ativos Mantidos para Negociação;
- II. Ativos Financeiros Disponíveis para a Venda;
- III. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado; e
- V. Empréstimos e Recebíveis

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São Ativos Financeiros não derivativos, que a CIACAP tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

V. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Créditos das Operações de Capitalização e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

Valor Justo

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos;

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc; e

Nível 3: Utiliza-se *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

c) Investimentos

As propriedades para investimento estão contabilizadas pelo valor de custo, deduzidas da depreciação acumulada, no montante líquido de R\$ 26.769 (R\$ 27.754 em 31/12/2017) e estão registradas na rubrica Imóveis Destinados à Renda. O valor de mercado destas propriedades na última avaliação, em 05 de fevereiro de 2018, é de aproximadamente R\$ 222.347.

d) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e estão representados por ágio, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Estão classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para a data base 31/12/2018, sem início de *Impairment*, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando da sua aquisição.

O ativo intangível líquido está representado basicamente por ágios na incorporação da Unibanco Capitalização, no montante de R\$ 814.531 (R\$ 814.531 em 31/12/2017).

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar - Tributos Diferidos, respectivamente.

f) Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

g) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da CIACAP entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

• **Prováveis:** as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais;

• **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e

• **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

h) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro líquido é o mesmo.

i) Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

NOTA 3 - APLICAÇÕES

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos	4.036.644	4.289.569
Letras Financeiras.....	770.758	1.659.345
Letras do Tesouro Nacional.....	316.573	890.041
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.056.908	420.512
Notas do Tesouro Nacional.....	1.610.826	1.033.834
Debêntures.....	190.544	245.704
Certificados de Depósito Bancário.....	58.452	8.352
Derivativos.....	6.147	10.640
Notas de Crédito.....	22.659	21.309
Contas a Receber/(Pagar).....	3.777	(168)
Títulos de Dívida de Empresas - Debêntures	459.765	226.500
Total	4.496.409	4.516.069

O Valor Justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Sem vencimento.....	3.778	(168)
Até um ano.....	546.445	2.114.483
De um a cinco anos.....	2.206.253	1.257.467
De seis a dez anos.....	129.107	1.144.287
Após dez anos.....	1.610.826	--
TOTAL	4.496.409	4.516.069

b) Movimentação das aplicações

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	4.516.069	4.064.182
Aplicações.....	4.262.174	2.016.981
Principal resgate.....	(4.546.170)	(2.007.820)
Resultado financeiro.....	264.336	411.798
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos.....	--	30.928
Saldo Final	4.496.409	4.516.069

c) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de hierarquia do Valor Justo para nossos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação:

	31/12/2018	31/12/2017		Total
	Nível 2	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.496.409	4.482.570	33.499	4.516.069
Fundos de Investimento.....	4.036.644	4.289.569	--	4.289.569
Debêntures.....	459.765	193.001	33.499	226.500

d) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público.....	3.003.910	66,8%	2.379.707	52,7%
Serviços.....	1.220.870	27,2%	1.997.096	44,2%
Indústria e Comércio.....	271.629	6,0%	139.266	3,1%
TOTAL	4.496.409	100,0%	4.516.069	100,0%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/12/2018	31/12/2017
Baixo.....	4.496.409	4.516.069
TOTAL	4.496.409	4.516.069

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 31/12/2018 e 31/12/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO

Os produtos comercializados pela CIACAP, atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensais, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, ou a data de aquisição, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que preveem sorteios estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

a) Provisões Técnicas de Capitalização

• Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização;
 • Provisão para Resgate (PR) - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
 • Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados;
 • Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
 • Provisão Complementar de Sorteios (PCS) - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar;
 • Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PR)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Outras Provisões Técnicas	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial.....	3.303.318	20.204	11.621	3.335.143	3.184.150
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos.....	2.279.914	67.129	65	2.347.108	2.719.276
(+) Atualização financeira das provisões.....	174.766	280	9	175.055	186.096
(-) Resgates.....	(2.324.165)	(73.293)	(4.693)	(2.402.151)	(2.754.379)
Saldo Final.....	3.433.833	14.320	7.002	3.455.155	3.335.143

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Técnicas.....	3.455.155	3.335.143
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa.....	2.996.715	3.267.441
Cotas de Fundos de Investimentos - Multi-Mercado.....	165.388	102.246
Debêntures.....	453.755	102.624
Garantias das Provisões Técnicas.....	3.615.858	3.472.311
Cobertura Excedente.....	160.703	137.168

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido.....	1.271.083	1.274.896
Despesas Antecipadas.....	(56)	(66)
Ativos Intangíveis.....	(814.531)	(814.531)
Tributo diferido sobre ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura.....	325.813	325.813
Valor da PDA constituída.....	1.340	2.867
Valor da PMC constituída.....	12.417	7.586
Patrimônio Líquido Ajustado.....	796.064	796.565
Capital Base.....	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição.....	22.391	28.085
Capital Adicional de Risco de Crédito.....	97.644	140.160
Capital Adicional de Risco Operacional.....	7.157	7.603
Capital Adicional de Risco de Mercado.....	34.268	29.647
Benefício da Correlação entre Risco.....	(29.993)	(31.330)
Capital de Risco.....	131.467	174.165
Capital Mínimo Requerido (1).....	131.467	174.165
Suficiência de Capital (2).....	664.597	622.400

(1) O Capital Mínimo Requerido é o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

(2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$ 160.703 (R\$ 137.168 em 31/12/2017) de cobertura excedente, e a liquidez em relação ao Capital de Risco é de R\$ 26.026 (R\$ 34.260 em 31/12/2017).

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

PRODUTO	SUSEP	TIPO (*)	COTA DE CARREGAMENTO	
			31/12/2018	31/12/2017
PIC	15414.005217/2012-63	PM	de 3,49% a 88,26%	de 3,49% a 88,26%
PIC Itaú Uniclass	15414.003984/2009-32	PM	de 0,84% a 88,82%	de 0,84% a 88,82%
Super PIC Itaú Uniclass	15414.003983/2009-98	PU	16,32%	16,32%

(*) PM - Pagamento Mensal e PU - Pagamento Único.

NOTA 5 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, AÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

I - Ações Cíveis

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 107 (R\$ 225 em 31/12/2017) com depósito em garantia de recursos de R\$ 50 (R\$ 47 em 31/12/2017).

II - Ações Trabalhistas

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensões direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros, no montante de R\$ 198 (R\$ 314 em 31/12/2017) com depósito em garantia de recursos de R\$ 842 (R\$ 895 em 31/12/2017).

III - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e encargos quando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017
Obrigação	Legal	Ações Fiscais	Total	Total
Saldo Inicial.....	39.511	1.609	41.120	47.837
Atualização/Encargos.....	747	28	775	1.617
Movimentação do Período Refletida no Resultado.....	450	(111)	339	(8.012)
Pagamento.....	(608)	--	(608)	(322)
Saldo Final.....	40.100	1.526	41.626	41.120
Saldo Final em 31/12/2017.....	39.511	1.609	41.120	

	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017
Obrigação	Legal	Ações Fiscais	Total	Total
Depósitos Judiciais				
Saldo Inicial.....	7.895	1.350	9.245	8.791
Apropriação de Rendas.....	251	33	284	413
Reclassificação de Depósitos.....	--	--	--	40
Saldo Final.....	8.146	1.383	9.529	9.245
Saldo Final em 31/12/2017.....	7.895	1.350	9.245	

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias e Obrigações Legais são descritas a seguir:

• PIS - R\$ 32.961 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

• CSLL - Isonomia - R\$ 6.816: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 6.817.

c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 90.572, sendo as principais discussões descritas a seguir:

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 48.667: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação;

• IRPJ, CSLL - Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 31.935: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas às discussões judiciais que envolvem a CIACAP e são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 16.193 (R\$ 15.243 em 31/12/2017).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da CIACAP são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A CIACAP, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) **Outras Receitas Operacionais** - Totalizam R\$ 71.094 (R\$ 70.927 de 01/01 a 31/12/2017) e estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Financeiras.....	298.178	413.954
Cotas de Fundos de Investimento.....	243.290	398.575
Títulos de Renda Fixa.....	32.286	13.642
Outras Receitas.....	22.602	1.737
Despesas Financeiras.....	(176.312)	(188.882)
Atualização de Operações de Capitalização (Nota 4b).....	(175.055)	(186.096)
Encargos sobre Tributos.....	(1.211)	(2.602)
Outras Despesas.....	(46)	(184)
TOTAL.....	121.866	225.072

NOTA 7 - TRIBUTOS

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (*).....	20,00%
PIS.....	0,65%
COFINS.....	4,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes dos Impostos.....	467.895	625.541
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes.....	(210.553)	(281.493)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Juros sobre o Capital Próprio.....	34.875	34.893
Incentivos Fiscais.....	4.750	6.477
Outras Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis.....	(1.306)	(3.061)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(172.234)	(243.184)

II) As Despesas com Tributos totalizam R\$ (29.937) (R\$ (33.971) de 01/01 a 31/12/2017) e estão representadas basicamente por COFINS R\$ (24.646) (R\$ (27.940) de 01/01 a 31/12/2017) e PIS R\$ (4.011) (R\$ (4.840) de 01/01 a 31/12/2017).

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado.....	14.138	(307)	303	14.134
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	5.111	--	83	5.194
Provisões para Passivos Contingentes.....	8.736	(244)	220	8.712
Outras Provisões Inedutíveis.....	291	(63)	--	228
Total (*).....	14.138	(307)	303	14.134

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 14.942 (R\$ 14.925 em 31/12/2017) e está basicamente representado por R\$ 808 (R\$ 787 em 31/12/2017) de Tributos a Compensar e R\$ 14.134 (R\$ 14.138 em 31/12/2017) referente a Tributos Diferidos.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2017	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado				
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio.....	325.813	--	--	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.....	4.884	--	360	5.244
Reserva de Reavaliação.....	2.171	--	96	2.267
Total.....	332.868	--	456	333.324

c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, existentes em 31/12/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2019	267	2%
2020	2.653	19%
2021	2.580	18%
2022	11	0%
2023	8	0%
Acima de 2023	8.615	61%
Total	14.134	100%
Valor Presente (*)	11.127	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de Capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existiam Créditos Tributários não contabilizados.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito a receber com dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Durante o exercício de 2018, foram pagos e provisionados Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio conforme segue:

	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.....	177.452	--	177.452
Dividendos Extraordinários.....	177.452	--	177.452
Dividendos do Exercício (*).....	44.411	--	44.411
Juros Sobre o Capital Próprio (*).....	77.500	(11.625)	65.875
Total de 01/01 a 31/12/2018.....	299.363	(11.625)	287.738
Total de 01/01 a 31/12/2017.....	234.633	(11.631)	223.002

(*) Registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do exercício.....	295.661	382.357
(-) Reserva Legal.....	(14.783)	(19.118)
Lucro base para determinação do dividendo.....	280.878	363.239
Dividendos e juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório.....	2.809	3.632
Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais (*).....	119.102	181.865
TOTAL POR AÇÃO (R\$).....	181,70	276,46

(*) Dividendos adicionais aprovados por determinação do acionista controlador.

NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

- (i) Prestação de serviços referente tarifas do sistema financeiro;
- (ii) Aluguéis cobrados;
- (iii) Valores a receber/pagar a prestação de serviços; e
- (iv) Aplicações Financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS DE 01/01 A 31/12 DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais) (Em Milhares de Reais) (Continuação)

	Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de investimentos (iv).....	4.036.644	4.289.569	--	--
Itaú Unibanco S.A. (iii).....	--	--	--	(360)
Itaú Seguros S.A. (iii).....	--	--	(32.986)	(33.884)
Banco Itaúcard S.A. (iii).....	--	--	--	(20)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii).....	--	--	(3)	(8)
Total	4.036.644	4.289.569	(32.989)	(34.272)

	Receita		Despesa	
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Fundos de investimentos (iv).....	243.290	398.575	--	--
Itaú Unibanco S.A. (i), (ii) e (iii).....	19.885	20.864	(9.915)	(13.394)
Itaú Seguros S.A. (iii) e (iv).....	105.312	101.739	(74.121)	(71.655)
Banco Itaúcard S.A. (iii).....	--	--	(60)	(673)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii).....	5	12	--	(1)
Total	368.492	521.190	(84.096)	(85.723)

Além das operações acima discriminadas, a CIACAP, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Administrativas Diversas R\$ (128.720) (R\$ (163.500) de 01/01 a 31/12/2017) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração - Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO

I - Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

II - Riscos das Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

A CIACAP oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da CIACAP, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

III - Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

a) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspeção. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, compliance e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Cia. Itaú de Capitalização

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Cia. Itaú de Capitalização** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

DIRETORIA

Diretor Presidente

LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO

Diretores

BADI MAANI SHAIKHZADEH
CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI

LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS
MATIAS GRANATA (*)

(*) Eleito em AGE de 29/10/2018.

Atuária
MARINA HELENA GUERRA DA COSTA
MIBA 1385

Contador
RODRIGO ANDRADE DE MORAIS
CRC - 1SP - 220.814/O-6

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º andar - Parque Jabaquara - São Paulo-SP.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Cia. Itaú de Capitalização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia. Itaú de Capitalização ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Itaú de Capitalização em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

b) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
 - Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
 - Capacidade de atuar em mercados específicos.
- A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:
- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
 - Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
 - Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
 - Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
 - Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- Sensibilidade (DV01 - Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações; e
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("MtM - Mark to Market").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-B.....	21.583	(22)	--	--
Moedas	245	--	--	--
Título Privado				
Indexado a IPCA.....	128.557	(26)	108.320	(22)
Indexado a PRÉ.....	5.902	--	14.078	--
Ativos Pós-Fixados	2.076.738	--	2.243.296	--
Compromissadas Over	2.263.384	--	2.150.375	--
TOTAL (*)	4.496.409		4.516.069	

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

c) Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

d) Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato e emissores de ativos financeiros.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

O documento "Relatório de Acesso Público", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de operacional, mercado, liquidez e crédito, do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pode ser visualizado no site <https://www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores>, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Cia. Itaú de Capitalização** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:26:34.

Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A

[Ticket: 30010535] - www.imprensaoficial.com.br

Cia. Itaú de Capitalização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Continuação)

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

UNIVERSAL AUTOMOTIVE SYSTEMS S.A.

CNPJ/MF nº 07.395.207/0001-51

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

Balanços Patrimoniais		2017	2018	Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido		Capital Social	Reserva Legal	Reservas para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido
Ativo Circulante		39.037.673,95	44.093.977,63	Em 31 de Dezembro de 2016		25.000.000,00	1.499.445,81	2.067.513,30	-	-	-	28.566.959,11
Bancos Conta Movimento		1.793.609,14	1.540.436,28	Resultado do Período		-	-	-		223.115,18		-
Clientes		16.069.448,46	17.242.074,37	Transferência para Reserva Legal		-	11.155,79	-		(11.155,79)		-
Impostos a Recuperar		3.212.159,35	4.343.589,72	Transferência para Reserva para Aumento de Capital		-	-	211.959,39		(211.959,39)		-
Adiantamento a Fornecedores		2.304.706,82	2.657.556,73	Em 31 de Dezembro de 2017		25.000.000,00	1.510.601,60	2.279.472,69	-	-	-	28.790.074,29
Estoques		15.645.333,43	18.298.256,22	Resultado do Período		-	-	-		164.934,46		-
Despesas Antecipadas		12.416,75	12.064,31	Transferência para Reserva Legal		-	8.246,72	-		(8.246,72)		-
Ativo não Circulante		31.252.912,36	30.727.022,25	Transferência para Reserva para Aumento de Capital		-	-	156.687,74		(156.687,74)		-
Realizável a Longo Prazo: Empresas Ligadas		25.924.776,22	25.485.671,92	Em 31 de Dezembro de 2018		25.000.000,00	1.518.848,32	2.436.160,43	-	-	-	28.955.008,75
Contas Correntes Devedoras		359.352,22	510.610,79	Demonstrações dos Resultados		2017	2018	Demonstrações dos Fluxos		2017	2018	
Permanente: Imobilizados Operacionais		13.242.195,41	14.631.342,13	Receita Operacional Bruta				Resultado do Exercício		223.115,18	164.934,46	
(-) Depreciação Acumulada		(8.273.411,49)	(9.900.602,59)	Receita de Vendas		114.992.773,73	120.722.271,02	Ajuste para Reconciliação do Resultado Líquido		1.534.173,13	1.627.191,10	
Total do Ativo		70.290.586,31	74.820.999,88	Deduções da Receita Bruta				Depreciação		88,43	352,44	
Passivo Circulante		21.239.142,40	20.733.863,86	(-) Impostos Incidentes sobre Vendas		(7.745.708,62)	(8.144.863,64)	Redução (Aumento) em Despesas Diferidas				
Fornecedores		3.531.445,52	4.143.325,95	(-) Vendas Canceladas		(3.200.154,11)	(3.059.304,98)	Lucro Ajustado		1.757.376,74	1.792.478,00	
Empréstimos e Financiamentos		13.995.811,27	12.749.065,31	Receita Operacional Líquida		104.046.911,00	109.518.102,40	Variações nos Ativos e Passivos				
Obrigações Trabalhistas		938.508,61	1.005.534,29	Custo das Mercadorias Vendidas		(43.759.341,57)	(43.621.217,16)	Redução (Aumento) em Contas a Receber		2.946.357,00	(2.304.056,28)	
Obrigações Fiscais		688.021,54	1.011.503,32	Lucro Operacional Bruto		60.287.569,43	65.896.885,24	Redução (Aumento) nos Estoques		(652.864,26)	(2.652.922,79)	
Adiantamento de Clientes		477.055,68	535.963,23	Despesas Operacionais				Redução (Aumento) nos Adiantamentos a Fornecedores		(623.803,00)	(352.849,91)	
Provisões Trabalhistas		1.608.299,78	1.288.471,76	Administrativas		(28.525.992,52)	(31.573.801,67)	Aumento (Redução) em Fornecedores		(1.060.667,06)	611.880,43	
Passivo não Circulante		20.261.369,62	25.132.127,27	Com Pessoal		(30.102.292,30)	(33.813.792,98)	Aumento (Redução) de Empréstimos Bancários		3.862.058,32	3.412.274,11	
Lucros a Disposição dos Sócios		8.879.805,60	8.879.805,60	Ganhos (Perdas) de Capital		34.379,97	313.886,05	Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões		68.763,64	(500.983,79)	
Empréstimo de Pessoas Ligadas		8.456.712,49	9.299.020,85	Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras		1.693.664,58	823.176,64	Disponibilidades Geradas em Atividades Operacionais		6.297.221,38	5.819,77	
Contas Correntes Credoras		1.269.968,86	1.269.968,86	Financeiras Líquidas		(909.840,18)	(416.414,21)	Atividades de Investimentos				
Empréstimos e Financiamentos		1.024.311,89	5.683.331,96	Lucro antes da Tributação		783.824,40	406.762,43	Redução (Aumento) em Empréstimos a Pessoas Ligadas		(5.453.216,07)	439.104,30	
Provisões Trabalhistas		630.570,78	-	Imposto de Renda e Contribuição Social		(560.709,22)	(241.827,97)	Redução (Aumento) em Empréstimos a Pessoas não Ligadas		(75.849,39)	(151.258,57)	
Patrimônio Líquido		28.790.074,29	28.955.008,75	Lucro Líquido do Exercício		223.115,18	164.934,46	Aquisição de Imobilizado		(1.304.806,79)	(1.389.146,72)	
Capital Social		25.000.000,00	25.000.000,00					Atividades de Financiamentos				
Reserva Legal		1.510.601,60	1.518.848,32					Aumento (Redução) Empréstimos de Pessoas Ligadas		1.302.935,00	842.308,36	
Reservas para Aumento de Capital		2.279.472,69	2.436.160,43					Distribuição de Dividendos		(40.000,00)	-	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		70.290.586,31	74.820.999,88					Disponibilidades Geradas		726.284,13	(253.172,86)	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Encerradas em 31/12/2017 e 2018: 1. Contexto Operacional: A Universal Automotive Systems S.A. tem como atividade a distribuição de auto peças no segmento de fechamento e segurança, atuando em todo o território nacional e no exterior. Suas principais linhas são Maçanetas, Fechaduras, Máquinas de Vidro, Tampas de Combustível e Arrefecimento, Limpadores de Pára-brisa e Borrachas de Vedação; **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as determinações da Lei 6.404/1976 e legislação pertinente, principalmente as introduzidas pela lei 11.638/2007 e Resolução CFC nº 1.255/2009; 2.2. Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisições; 2.3. Os direitos classificados no ativo imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido do saldo das respectivas contas de depreciação; 2.4. As depreciações foram elaboradas pelo método linear. Não houve constituição de provisões para encargos de risco nem provisão para ajuste de perdas prováveis na realização dos elementos do ativo, por serem desnecessárias à boa demonstração dos elementos do patrimônio; 2.5. Não há ônus de qualquer espécie sobre os elementos do Ativo, assim como não existem garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; 2.6. A "Reserva Legal" no Patrimônio Líquido é constituída por 5% do lucro líquido limitada a 20% do Capital Social; 2.7. O Capital Social é constituído por 25.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os resultados apurados nas demonstrações de encerramento ou intermediárias poderão, após a constituição da reserva legal, serem distribuídos, antecipados ou destinados para outras aplicações de acordo com a Assembleia Geral de Acionistas; 2.8. Não existem eventos subsequentes que possam alterar a demonstração patrimonial à qual pertencem estas notas. Estas Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2017 e 2018. Osasco, 11/02/2019.

RICARDO LUIZ FERREIRA - Diretor
DIONÍSIO ZOITI - Contador - CRC TC 1SP 048.272/O-5

GC do Brasil Serviços e Comércio S/A

CNPJ nº 22.960.763/0001-17

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas o resultado de nossas operações no decorrer do período iniciado em 01/01/2018 e encerrado em 31/12/2018 conforme Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e notas explicativas às demonstrações financeiras. São Paulo, 28/02/2019. Em Reais (R\$) - **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial		31/12/2018	31/12/2017	Balanço Patrimonial		31/12/2018	31/12/2017	Demonstração do Resultado do Exercício		31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante		932.951,72	948.475,64	Passivo/Circulante		4.303,48	12.804,54	Receita Bruta dos Serviços Prestados		21.261,05	-
Caixa e Equivalentes		929.829,62	946.176,61	Tributos a Recolher		4.303,48	12.804,54	(-) Impostos Sobre os Serviços Prestados		-	-
Impostos a Compensar		3.122,10	2.299,03	Não Circulante		6.933,24	8.431,67	Lucro Bruto		19.421,97	-
Não Circulante		206.870,47	140.765,51	Exigível a Longo Prazo		6.933,24	8.431,67	Despesas Operacionais: Gerais e Administrativas		(4.154,06)	(5.660,20)
Recebíveis Longo Prazo		4.151,72	54.151,72	Patrimônio Líquido		1.128.585,47	1.068.004,94	Comerciais		(15.309,58)	(47.841,53)
Investimentos		202.718,75	86.613,79	Capital Social		1.608.000,00	1.608.000,00	Resultado das Participações Societárias		16.103,96	(481.506,21)
Total do Ativo		1.139.822,19	1.089.241,15	(-) A Integralizar		(13.091,66)	(18.173,76)	Lucro/Prejuízo antes do Resultado Financeiro		16.062,29	(535.007,94)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Prejuízos Acumulados		(466.322,87)	(521.821,30)	Receitas Financeiras		58.102,76	95.270,64
		Capital Social	(-) A Integralizar	Total do Passivo		1.139.822,19	1.089.241,15	Despesas Financeiras		(3.089,21)	(2.054,74)
		Social	Prejuízos Acumulados					Lucro/Prejuízo antes dos IR		71.075,84	(441.792,04)
		Integralizar	Total					Imposto de Renda e Contribuição Social		(15.577,41)	(23.880,54)
		Prejuízos Acumulados	Total					Lucro/Prejuízo do Período		55.498,43	(465.672,58)
		Prejuízos Acumulados	Total					Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		Prejuízos Acumulados	Total					Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		31/12/2018	31/12/2017
		Prejuízos Acumulados	Total					Fluxo/Prejuízo do Exercício		55.498,43	(465.672,58)
		Prejuízos Acumulados	Total					Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	(53.359,47)
		Prejuízos Acumulados	Total					Impostos		(9.635,13)	11.425,13
		Prejuízos Acumulados	Total					Outros Ativos e Passivos		(1.187,43)	6.671,67
		Prejuízos Acumulados	Total					Caixa Líquido das Atividades Operacionais		44.675,87	(500.935,25)
		Prejuízos Acumulados	Total					Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
		Prejuízos Acumulados	Total					Participação em Controladas		(116.104,96)	(86.613,79)
		Prejuízos Acumulados	Total					Recebíveis a Longo Prazo		50.000,00	250.000,00
		Prejuízos Acumulados	Total					Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(66.104,96)	163.386,21
		Prejuízos Acumulados	Total					Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
		Prejuízos Acumulados	Total					Integralização do Capital Social		5.082,10	682.080,69
		Prejuízos Acumulados	Total					Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		5.082,10	682.080,69
		Prejuízos Acumulados	Total					Aumento/Redução de Caixas e Equivalentes		(16.346,99)	344.531,65
		Prejuízos Acumulados	Total					Caixas e Equivalentes no início do Exercício		946.176,61	601.644,96
		Prejuízos Acumulados	Total					Caixas e Equivalentes no fim do Exercício		929.829,62	946.176,61

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1 - Os objetos sociais da Companhia são: - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; - Serviços de reboque de veículos; - Holdings de instituições financeiras; - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; - Holdings de instituições não-financeiras; - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios

José Augusto Brandt - Presidente - CPF: 362.684.611-34

Paulo